



QUEIMADAS-PB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS

Professor De Educação Básica
I – Anos Iniciais; Professor De Educação Básica
I – Educação Infantil

EDITAL 01/2024

CÓD: SL-125JH-24
7908433257172

Língua Portuguesa

1. Interpretação e inteligência de textos	7
2. Os implícitos textuais: inferências, depreensões, pressupostos e subentendidos	9
3. Fatores da textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	9
4. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
5. Estratégias argumentativas	18
6. Elementos do processo de comunicação	19
7. As funções da linguagem	20
8. A linguagem figurada: figuras e vícios de linguagem	21
9. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos; polissemia; conotação e denotação	25
10. Ortografia	25
11. Acentuação	26
12. Estrutura e formação de palavras (processos de formação de palavras)	27
13. Morfologia: as 10 classes morfológicas	29
14. Sintaxe da oração: termos essenciais, integrantes e acessórios. Sintaxe do período composto: relações de coordenação, subordinação	42
15. Emprego de conectores	45
16. Concordância verbal e nominal	47
17. Regência verbal e nominal	48
18. Emprego do acento grave: crase	50
19. Emprego e colocação dos pronomes oblíquos	51
20. Emprego dos sinais de pontuação	52
21. Reconhecimento de frases corretas e incorretas (correção gramatical)	54
22. Correspondência oficial: Manual de Redação da Presidência da República	54

Matemática

1. Aspectos metodológicos do ensino de matemática	73
2. A matemática e seu papel no desenvolvimento do pensamento lógico da criança	79
3. Sistema de numeração decimal	80
4. Números naturais e inteiros/operações. Números racionais – representação fracionária e decimal/operações. Números reais	81
5. Razão e Proporção, grandezas diretamente e inversamente proporcionais	89
6. Divisão proporcional	91
7. Regras de três simples e composta	94
8. Porcentagem, juros e taxas de juros, descontos	95
9. Potenciação e radiciação	98
10. Expressões algébricas racionais e polinômios	100
11. Equações algébricas fracionárias	106
12. Equações. Equações do 2º Grau	107
13. Sistemas e inequações do 1º Grau	110

ÍNDICE

14. Medidas – comprimento, superfície, capacidade, volume, massa, tempo, ângulos, área	113
15. Geometria – noções de reta, semirreta, segmento de reta, polígonos, ângulos, círculo e disco, Teorema de Tales, semelhança, relações métricas no triângulo retângulo, razões trigonométricas no triângulo retângulo, relações métricas no círculo, áreas de figuras planas	117
16. Geometria espacial. sólidos geométricos	131
17. Noções de probabilidade	134
18. Noções de estatística (coleta e organização e construção) média, moda, mediana	136
19. Gráficos e tabelas.....	138
20. Situações, problemas e envolvendo todos os conteúdos	142

Conhecimentos Gerais

1. Geografia, história e economia do Estado da Paraíba	149
2. Processo de Formação das cidades da Paraíba.....	163
3. Aspectos geográficos, históricos, econômicos e culturais do município de Queimadas-PB	165
4. Domínios de tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados em áreas diversificadas, tais como: Ciências, Política, Economia, Atualidades, História e Geografia	166

Didática

1. A didática e a formação profissional do professor.....	169
2. O processo de ensino na escola.....	169
3. Objetivos de ensino, conteúdos, métodos e técnicos.....	169
4. Recursos de ensino e avaliação.....	170
5. Tipos de planos de ensino.....	171
6. PCNS.....	175
7. Projetos no cotidiano da escola	215
8. Alfabetização. Letramento. Habilidades. Competências.....	222
9. Educação Inclusiva	225
10. BNCC	226

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E INTELECÇÃO DE TEXTOS

DEFINIÇÃO GERAL

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Detecção de características e pormenores que identifiquem o texto dentro de um estilo de época

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

Ficcionalidade: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

Aspecto subjetivo: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

Ênfase na função poética da linguagem: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

Plurissignificação: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa.

Ela tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. A linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma

novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

OS IMPLÍCITOS TEXTUAIS: INFERÊNCIAS, DEPREENSÕES, PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS

Definição

Em contraste com as informações explícitas, que são expressas de forma direta no texto, as informações implícitas não são apresentadas da mesma maneira. Em muitos casos, para uma leitura eficaz, é necessário ir além do que está explicitamente mencionado, ou seja, é preciso inferir as informações contidas no texto para decifrar as entrelinhas.

Inferência: quer dizer concluir alguma coisa com base em outra já conhecida. Fazer inferências é uma habilidade essencial para a interpretação correta dos enunciados e dos textos. As principais informações que podem ser inferidas recebem o nome de subentendidas e pressupostas.

Informação pressuposta: é aquela que depende do enunciado para gerar sentido. Analise o seguinte exemplo: “Arnaldo retornará para casa?”, o enunciado, nesse caso, somente fará sentido se for levado em consideração que Arnaldo saiu de casa, pelo menos provisoriamente – e essa é a informação pressuposta.

O fato de Arnaldo encontrar-se em casa invalidará o enunciado. Observe que as informações pressupostas estão assinaladas por meio de termos e expressões expostos no próprio enunciado e implicam um critério lógico. Desse modo, no enunciado “Arnaldo ainda não retornou para casa”, o termo “ainda” aponta que o retorno de Arnaldo para casa é dado como certo pelo enunciado.

Informação subentendida: diversamente à informação pressuposta, a subentendida não é assinalada no enunciado, sendo, portanto, apenas uma sugestão, isto é, pode ser percebida como insinuações. O emprego do subentendido “camufla” o enunciado por trás de uma declaração, pois, nesse caso, ele não quer se comprometer com ela.

Em razão disso, pode-se afirmar que as informações são de responsabilidade do receptor da fala, ao passo que as pressupostas são comuns tanto aos falantes quanto aos receptores. As informações subentendidas circundam nosso dia a dia nas anedotas e na publicidade, por exemplo; enquanto a primeira consiste em um gênero textual cujo sentido está profundamente submetido à ruptura dos subentendidos, a segunda se baseia nos pensamentos e comportamentos sociais para produzir informações subentendidas.

FATORES DA TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

— Definições e diferenciação

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, tanto que um texto coeso pode ser incoerente, e vice-versa. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória. Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

— Coesão Textual

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas conectivos.

As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricas. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência

– **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos.

Exemplo:

«Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

– **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças.

Exemplo:

“Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

– **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos.

Exemplo:

“Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

– **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido.

Analise o exemplo:

“Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

– **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual – nominal, verbal ou frasal – por meio da figura denominando eclipse.

Exemplo:

“Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

– **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

Exemplo:

“Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

– **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hiperônimos, entre outros.

Exemplo:

“Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

— Coerência Textual

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação – consequência decorrente dos saberes/conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente. A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” Os veganos não consomem produtos de origem animal.

Princípios Básicos da Coerência

– **Relevância:** as ideias têm que estar relacionadas.

– **Não Contradição:** as ideias não podem se contradizer.

– **Não Tautologia:** as ideias não podem ser redundantes.

Fatores de Coerência

– **As inferências:** se partimos do pressuposto que os interlocutores partilham do mesmo conhecimento, as inferências podem simplificar as informações.

Exemplo:

“Sempre que for ligar os equipamentos, não se esqueça de que voltagem da lavadora é 220w”.

Aqui, emissor e receptor compartilham do conhecimento de que existe um local adequado para ligar determinado aparelho.

– **O conhecimento de mundo:** todos nós temos uma bagagem de saberes adquirida ao longo da vida e que é arquivada na nossa memória. Esses conhecimentos podem ser os chamados *scripts* (roteiros, tal como normas de etiqueta), planos (planejar algo com um objetivo, tal como jogar um jogo), esquemas (planos de funcionamento, como a rotina diária: acordar, tomar café da manhã, sair para o trabalho/escola), *frames* (rótulos), etc.

Exemplo:

“Coelhinho e ovos de chocolate! Vai ser um lindo Natal!”

O conhecimento cultural nos leva a identificar incoerência na frase, afinal, “coelho” e “ovos de chocolate” são elementos, os chamados *frames*, que pertencem à comemoração de Páscoa, e nada têm a ver com o Natal.

Elementos da organização textual: segmentação, encadeamento e ordenação.

A segmentação é a divisão do texto em pequenas partes para melhorar a compreensão. A encadeamento é a ligação dessas partes, criando uma lógica e coesão no texto. A ordenação é a disposição dessas partes de forma a transmitir uma mensagem clara e coerente. Juntos, esses elementos ajudam a criar uma estrutura eficiente para o texto.

MATEMÁTICA

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA

As mudanças tecnológicas das últimas décadas repercutiram de forma evidente na Matemática, com o advento de novos recursos de armazenamento e comunicação de informações, de computação e de criação de “realidades virtuais”.

Na escola, não só surgiram novos conteúdos curriculares, mas também se passou ao emprego de metodologias de ensino e aprendizagem com uso de novas tecnologias.

Um primeiro ponto a mencionar é o papel que a calculadora e o computador desempenham para, entre outras possibilidades, facilitar os cálculos com números de ordem de grandeza elevada; armazenar, organizar e dar acesso a grande quantidade de informações (banco de dados); fornece imagens visuais para conceitos matemáticos; permitir a criação de “micromundos” virtuais para a simulação de “experimentos matemáticos”; permitir rápido acesso aos múltiplos recursos da Internet.

Por isso, o emprego da calculadora, ou do computador, não deve ser encarado como limitador do desenvolvimento das habilidades matemáticas para operar com números, como ainda tem sido entendido por muitos. Ao contrário, ambos devem ser vistos como instrumentos de expansão dessa capacidade de calcular. A competência de efetuar as operações básicas da aritmética, com números inteiros e racionais, continua sendo necessária para a formação básica de todos os cidadãos, respeitada a complexidade dessas operações.

O uso da calculadora, por exemplo, torna indispensável desenvolver no estudante a capacidade de efetuar cálculos mentais e estimativas. O cálculo por arredondamento é uma dessas estratégias, ao lado da estimativa da ordem de grandeza dos resultados das operações. A ampliação dessas capacidades vai permitir ao estudante controlar o resultado de cálculos realizados com a calculadora ou o computador e, dessa forma, não o deixar refém desses instrumentos.

Convém lembrar também que as novas tecnologias de ensino e aprendizagem não atuam por si só e não podem sozinhas fazer com que os estudantes aprendam matemática.

Dessa maneira, elas não diminuem o papel ou a responsabilidade do professor em sala de aula. Ao contrário, o planejamento didático das atividades a serem desenvolvidas assume lugar essencial entre as suas tarefas. E, tendo em conta o amplo leque de possibilidades que tais tecnologias oferecem, pode-se até dizer que o papel do professor fica mais amplo e complexo.

O RECURSO AOS JOGOS

Além de ser um objeto sociocultural em que a Matemática está presente, o jogo é uma atividade natural no desenvolvimento dos processos psicológicos básicos; supõe um “fazer sem obrigação externa e imposta”, embora demande exigências, normas e controle.

No jogo, mediante a articulação entre o conhecido e o imaginado, desenvolve-se o autoconhecimento — até onde se pode chegar — e o conhecimento dos outros — o que se pode esperar e em que circunstâncias.

Para crianças pequenas, os jogos são as ações que elas repetem sistematicamente mas que possuem um sentido funcional (jogos de exercício), isto é, são fonte de significados e, portanto, possibilitam compreensão, geram satisfação, formam hábitos que se estruturam num sistema. Essa repetição funcional também deve estar presente na atividade escolar, pois é importante no sentido de ajudar a criança a perceber regularidades.

Por meio dos jogos as crianças não apenas vivenciam situações que se repetem, mas aprendem a lidar com símbolos e a pensar por analogia (jogos simbólicos): os significados das coisas passam a ser imaginados por elas. Ao criarem essas analogias, tornam-se produtoras de linguagens, criadoras de convenções, capacitando-se para se submeterem a regras e dar explicações.

Além disso, passam a compreender e a utilizar convenções e regras que serão empregadas no processo de ensino e aprendizagem. Essa compreensão favorece sua integração num mundo social bastante complexo e proporciona as primeiras aproximações com futuras teorizações.

Em estágio mais avançado, as crianças aprendem a lidar com situações mais complexas (jogos com regras) e passam a compreender que as regras podem ser combinações arbitrárias que os jogadores definem; percebem também que só podem jogar em função da jogada do outro (ou da jogada anterior, se o jogo for solitário). Os jogos com regras têm um aspecto importante, pois neles o fazer e o compreender constituem faces de uma mesma moeda.

A participação em jogos de grupo também representa uma conquista cognitiva, emocional, moral e social para a criança e um estímulo para o desenvolvimento do seu raciocínio lógico.

Finalmente, um aspecto relevante nos jogos é o desafio genuíno que eles provocam no aluno, que gera interesse e prazer. Por isso, é importante que os jogos façam parte da cultura escolar, cabendo ao professor analisar e avaliar a potencialidade educativa dos diferentes jogos e o aspecto curricular que se deseja desenvolver

ETNOMATEMÁTICA

Etnomatemática é hoje considerada uma subárea da História da Matemática e da Educação Matemática, com uma relação muito natural com a Antropologia e as Ciências da Cognição. É evidente a dimensão política da Etnomatemática.

Etnomatemática é a matemática praticada por grupos culturais, tais como comunidades urbanas e rurais, grupos de trabalhadores, classes profissionais, crianças de uma certa faixa etária, sociedades indígenas, e tantos outros grupos que se identificam por objetivos e tradições comuns aos grupos.

Além desse caráter antropológico, a etnomatemática tem um indiscutível foco político. A etnomatemática é embebida de ética, focalizada na recuperação da dignidade cultural do ser humano.

A dignidade do indivíduo é violentada pela exclusão social, que se dá muitas vezes por não passar pelas barreiras discriminatórias estabelecidas pela sociedade dominante, inclusive e, principalmente, no sistema escolar.

Mas também por fazer, dos trajes tradicionais dos povos marginalizados, fantasias, por considerar folclore seus mitos e religiões, por criminalizar suas práticas médicas. E por fazer, de suas práticas tradicionais e de sua matemática, mera curiosidade, quando não motivo de chacota.

1. Uma breve reflexão sobre a situação educacional brasileira no momento atual

É preciso repensar nas concepções de ensino e aprendizagem. O professor não pode mais ser o detentor do conhecimento, do saber e as bases metodológicas, ano após anos, continuam nos livros didáticos, no quadro.

A volta do velho professor

Em pleno século XX, um grande professor do século passado voltou a Terra e, chegando à sua cidade, ficou abismado com o que viu: as casas altíssimas, as ruas pretas, passando umas sobre as outras, com uma infinidade de máquinas andando em alta velocidade; o povo falava muitas palavras que o professor não conhecia (poluição, avião, rádio, metrô, televisão...); os cabelos de umas pessoas pareciam com os do tempo das cavernas... E as roupas deixavam o professor ruborizado.

Muito surpreso e preocupado com a mudança, o professor visitou a cidade inteira e cada vez compreendia menos o que estava acontecendo. Na igreja, levou susto com o padre que não mais rezava em latim, com o órgão mudo e um grupo de cabeludos tocando uma música estranha. Visitando algumas famílias, espantou-se com o ritual depois do jantar: todos se reuniam durante horas para adorar um aparelho que mostrava imagens e emitia sons. O professor ficou impressionado com a capacidade de concentração de todos; ninguém falava uma palavra diante do aparelho.

Cada vez mais desanimado, foi visitar a escola – e, finalmente, sentiu um grande alívio, reencontrando a paz. Ali, tudo continuava da mesma forma como ele havia deixado: as carteiras uma atrás da outra, o professor falando, falando... E os alunos escutando, escutando, escutando...

Fonte: Raízes e Asas – Ensinar e aprender (2005, p.5).

Essa história reflete a necessidade que a escola tem de mudar suas concepções de ensino-aprendizagem. Onde os educadores, da mesma forma que o livro didático, precisa passar para a função de mediadores e nunca o único guia, buscando caminhos, que aproximem o educando do conteúdo a ser estudado. O educador precisa ser o orientador.

Freire chama a atenção para que tomemos cuidado com a relação dicotômica - professor x aluno - no qual ele descreve como educador x educando:

... O educador é o que educa; os educados, os que são educados;

- o educador é o que sabe; os educados, os que não sabem;
- o educador é o que pensa, os educando os pensados;
- o educador é o que diz a palavra; os educados os que escutam docilmente;
- o educador é o que disciplina; os educados os disciplinados, e.
- o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educados, meros objetos (FREIRE, 1987, p.70).

Urge uma discussão sobre a Educação brasileira, pautada em outros valores, na qual, o saber não seja para poucos e a relação de ensino aprendido se dê num campo de integração sociocultural.

Para Ubiratan D'Ambrosio (1986, p.46): *“Ao se considerar de forma integrada conteúdos, objetivos e métodos. Considerações de natureza sociocultural estarão permanentemente em jogo”*. Cabe buscar a integração de conteúdo com uma metodologia que motive aos alunos o interesse pela educação formal. Cabe aos professores buscar meios para facilitar tal integração.

USO DA TECNOLOGIA NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Não se pode negar o impacto provocado pela tecnologia de informação e comunicação na configuração da sociedade atual. Por um lado, tem-se a inserção dessa tecnologia no dia-a-dia da sociedade, a exigir indivíduos com capacitação para bem usá-la; por outro lado, tem-se nessa mesma tecnologia um recurso que pode subsidiar o processo de aprendizagem da Matemática. É importante contemplar uma formação escolar nesses dois sentidos, ou seja, a Matemática como ferramenta para entender a tecnologia, e a tecnologia como ferramenta para entender a Matemática.

Considerando a Matemática para a Tecnologia, deve-se pensar na formação que capacita para o uso de calculadoras e planilhas eletrônicas, dois instrumentos de trabalho bastante corriqueiros nos dias de hoje. No trabalho com calculadoras, é preciso saber informar, via teclado, as instruções de execução de operações e funções, e isso exige conhecimentos de Matemática. Por exemplo: é a habilidade em estimar mentalmente resultados de operações que identifica, de imediato, um erro de digitação, quando se obtém 0,354 como resultado da multiplicação “35,4 * 0,1”; é o conhecimento sobre porcentagem que habilita para o uso da tecla “%”; é o conhecimento sobre funções que explica por que na calculadora tem-se $\sin(30) = -0,99$, ou que explica a mensagem “valor inválido para a função” recebida, após aplicar-se a tecla “sqrt” (raiz quadrada) ao número (-5). Em calculadoras gráficas, é o conhecimento sobre funções que permite analisar a pertinência ou não de certos gráficos que são desenhados na tela. Como as calculadoras trabalham com expansões decimais finitas, às vezes essas aproximações afetam a qualidade da informação gráfica.

As planilhas eletrônicas são programas de computador que servem para manipular tabelas cujas células podem ser relacionadas por expressões matemáticas. Para operar com uma planilha, em um nível básico, é preciso conhecimento matemático similar àquele necessário ao uso de calculadora, mas com maiores exigências quanto à notação de trabalho, já que as operações e as funções são definidas sobre as células de uma tabela em que se faz uso de notação para matrizes. Assim, é importante conhecer bem a notação matemática usada para expressar diferentes conceitos, em particular o conceito de função.

Além disso, a elaboração de planilhas mais complexas requer raciocínio típico dos problemas que exigem um processo de solução em diferentes etapas.

Já se pensando na Tecnologia para a Matemática, há programas de computador (softwares) nos quais os alunos podem explorar e construir diferentes conceitos matemáticos, referidos a seguir como programas de expressão.² Os programas de expressão apresentam recursos que provocam, de forma muito natural, o processo que caracteriza o “pensar matematicamente”, ou seja, os alunos fazem experimentos, testam hipóteses, esboçam conjecturas, criam estratégias para resolver problemas. São características desses programas:

- a) conter um certo domínio de saber matemático – a sua base de conhecimento;
- b) oferecer diferentes representações para um mesmo objeto matemático – numérica, algébrica, geométrica;
- c) possibilitar a expansão de sua base de conhecimento por meio de macroconstruções;
- d) permitir a manipulação dos objetos que estão na tela.

Para o aprendizado da geometria, há programas que dispõem de régua e compasso virtuais e com menu de construção em linguagem clássica da geometria – reta perpendicular, ponto médio, mediatriz, bissetriz, etc. Feita uma construção, pode-se aplicar movimento a seus elementos, sendo preservadas as relações geométricas impostas à figura – daí serem denominados programas de geometria dinâmica.

Esses também enriquecem as imagens mentais associadas às propriedades geométricas. Por exemplo: para o Teorema de Pitágoras, partindo do triângulo retângulo e dos quadrados construídos sobre seus lados, podemos construir uma família de “paralelogramos em movimento” que, conservando a área, explica por que a área do quadrado construído sobre a hipotenusa é igual à soma das áreas construídas sobre os catetos. Com a geometria dinâmica também se pode fazer modelação geométrica. Isso significa captar, com a linguagem geométrica, o movimento de certos mecanismos (uma porta pantográfica, um ventilador, um pistão) ou os movimentos corporais (o caminhar, o remar, o pedalar). Identificar o elemento que desencadeia o movimento e, a partir dele, prosseguir com uma construção sincronizada, em que se preserva a proporção entre os elementos, exige, além de conhecimento em geometria, uma escolha de estratégia de resolução do problema, com a elaboração de um cronograma de ataque aos diferentes subproblemas que compõem o problema maior. É uma atividade que coloca em funcionamento diferentes habilidades cognitivas – o pensar geométrico, o pensar estratégico, o pensar hierárquico.

Para o estudo das funções, das equações e das desigualdades da geometria analítica (retas, círculos, cônicas, superfícies), tem-se uma grande variedade de programas de expressão. Em muitos desses programas, pode-se trabalhar tanto com coordenadas cartesianas como com coordenadas polares. Os recursos neles disponibilizados facilitam a exploração algébrica e gráfica, de forma simultânea, e isso ajuda o aluno a entender o conceito de função, e o significado geométrico do conjunto-solução de uma equação – inequação.

Para trabalhar com poliedros, existem também programas interessantes. Neles, há poliedros em movimento, sob diferentes vistas, acompanhados de planificação. São programas apropriados para o desenvolvimento da visualização espacial.

As planilhas eletrônicas, mesmo sendo ferramentas que não foram pensadas para propósitos educativos, também podem ser utilizadas como recursos tecnológicos úteis à aprendizagem matemática. Planilhas oferecem um ambiente adequado para experimentar sequências numéricas e explorar algumas de suas propriedades, por exemplo, comparar o comportamento de uma sequência de pagamentos sob juros simples e juros compostos. Também oferecem um ambiente apropriado para trabalhar com análises de dados extraídos de situações reais. É possível organizar atividades em que os alunos têm a oportunidade de lidar com as diversas etapas do trabalho de análise de dados reais: tabular, manipular, classificar, obter medidas como média e desvio padrão e obter representações gráficas variadas.

As planilhas eletrônicas também são muito apropriadas para introduzir a noção de simulação probabilística, importante em diversos campos de aplicação. Ao se usar a função “ALEATÓRIO()”, podem-se simular experimentos aleatórios de variados níveis de complexidade, contribuindo, assim, para que o aluno atribua um significado intuitivo à noção de probabilidade como frequência relativa observada em uma infinidade de repetições.

No uso de tecnologia para o aprendizado da Matemática, a escolha de um programa torna-se um fator que determina a qualidade do aprendizado. É com utilização de programas que oferecem recursos para a exploração de conceitos e ideias matemáticas que está se fazendo um interessante uso de tecnologia para o ensino da Matemática. Nessa situação, o professor deve estar preparado para interessantes surpresas: é a variedade de soluções que podem ser dadas para um mesmo problema, indicando que as formas de pensar dos alunos podem ser bem distintas; a detecção da capacidade criativa de seus alunos, ao ser o professor surpreendido com soluções que nem imaginava, quando pensou no problema proposto; o entusiástico engajamento dos alunos nos trabalhos, produzindo discussões e trocas de ideias que revelam uma intensa atividade intelectual.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

De início, é preciso diferenciar a ideia de problema associada à metodologia em que se enfatiza a transmissão do conhecimento daquela ligada à metodologia em que o estudante é colocado em situação de ator principal no processo de aprendizagem. Na primeira escolha metodológica, é privilegiado o problema fechado, que se caracteriza por uma aplicação de conhecimentos já supostamente aprendidos pelo estudante. Nesse caso, já de antemão, o estudante é conduzido a identificar o conhecimento a ser utilizado em sua resolução, sem que haja maiores estímulos à construção de conhecimentos e à utilização do raciocínio matemático.

O uso exclusivo desse tipo de problema consegue mascarar a efetiva aprendizagem, à medida que, ao antecipar o conhecimento em jogo na situação, o estudante atua de forma mecânica e, muitas vezes, sem construir significado, na resolução do problema.

Em contraposição ao problema fechado, estudos em Educação Matemática têm colocado em evidência o trabalho com problemas abertos e situações-problema. Apesar de apresentarem objetivos diferentes, estes dois últimos tipos de problemas colocam o estudante, em certo sentido, em situação análoga àquela do matemático no exercício de sua atividade.

Diante deles, o estudante deve realizar tentativas de resolução, estabelecer hipóteses, testá-las e validar seus resultados.

MODELAGEM MATEMÁTICA

Em anos recentes, os estudos em Educação Matemática têm posto em evidência a ideia de modelagem matemática: “a arte de transformar problemas da realidade em problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real”.

A modelagem matemática pode ser entendida como um método de trabalho científico. Nessa perspectiva, há coerência desse método com os pontos de vista expostos neste texto sobre as características da matemática como fonte de modelos para o conhecimento dos fenômenos da natureza e da cultura.

No entanto, neste momento, é a modelagem matemática como estratégia de ensino e aprendizagem que convém destacar, pela estreita conexão dessa estratégia com ações envolvidas na resolução de problemas abertos e de situações-problema.

De fato, quando a modelagem matemática propõe uma situação-problema ligada ao mundo real, com sua inerente complexidade, o estudante é chamado a mobilizar um leque variado de conhecimentos e habilidades: selecionar variáveis que serão relevantes para o modelo a construir; problematizar, ou seja, formular um problema teórico, na linguagem do campo matemático envolvido; formular hipóteses explicativas do fenômeno em causa; recorrer ao conhecimento matemático acumulado para a resolução do problema formulado (o que, muitas vezes, requer um esforço de simplificação, pelo fato de que o modelo originalmente pensado pode revelar-se matematicamente muito complexo); validar, isto é, confrontar as conclusões teóricas com os dados empíricos existentes, o que, quase sempre, leva à necessidade de modificação do modelo, que é essencial para revelar o aspecto dinâmico da construção do conhecimento.

Evidencia-se, além disso, que a estratégia de modelagem matemática no ensino e na aprendizagem tem sido apontada como um instrumento de formação de um estudante: comprometido com problemas relevantes da natureza e da cultura de seu meio; crítico e autônomo, na medida em que toma parte ativa na construção do modelo para a situação problema; envolvido com o conhecimento matemático em sua dupla dimensão de instrumento de resolução de problemas e de acervo de teorias abstratas acumuladas ao longo da história; que “faz Matemática”, com interesse e prazer.

USO DO SOFTWARE GEOGEBRA

O uso de recursos tecnológicos digitais no contexto escolar constitui uma linha de trabalho que necessita se fortalecer na medida em que há uma considerável distância entre os avanços tecnológicos na produção de softwares educacionais livres ou proprietários e a aceitação, compreensão e utilização desses recursos nas aulas pelos professores.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) já enfatizam a importância dos recursos tecnológicos para a educação, visando a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem. Afirmam que a informática na educação “permite criar ambientes de aprendizagem que fazem sugerir novas formas de pensar e aprender” (p. 147).

Criado por Markus Hohenwarter, o GeoGebra é um software gratuito de matemática dinâmica desenvolvido para o ensino e aprendizagem da matemática nos vários níveis de ensino (do básico ao universitário). O GeoGebra reúne recursos de geometria, álgebra, tabelas, gráficos, probabilidade, estatística e cálculos simbólicos em um único ambiente. Assim, o GeoGebra tem a vantagem didática de apresentar, ao mesmo tempo, representações diferentes de um mesmo objeto que interagem entre si. Além dos aspectos didáticos, o GeoGebra é uma excelente ferramenta para criar se ilustrações profissionais para serem usadas no Microsoft Word, no Open Office ou no LaTeX. Escrito em JAVA e disponível em português, o GeoGebra é multiplataforma e, portanto, ele pode ser instalado em computadores com Windows, Linux ou Mac OS.

Este software é educativo, pois oferece:

Suporte as concretizações e ações mentais do aluno; isto se materializa na representação dos objetos matemáticos na tela do computador e na possibilidade de manipular estes objetos via sua representação. (GRAVINA, 1998)

É uma ferramenta que desperta o interesse pela busca do conhecimento matemático através da dinamicidade presente no Geogebra. Segundo as orientações do MEC (1998), o computador deveria facilitar a Educação e deveria tornar as coisas mais fáceis para o educando aprender. O aluno sente prazer em produzir algo que considerava impossível até então, este prazer motiva-o a compreender e buscar soluções para outros problemas que vier a encontrar futuramente, isto graças ao raciocínio e à consciência de sua competência e não por adivinhação ou descoberta ao acaso.

Conforme Gerônimo (2010, p.11) pode-se substituir o caderno ou as folhas quadriculadas onde antigamente eram feitos os desenhos geométricos, porém com rapidez e sem perda de tempo, pois com apenas um clique obtém o plano cartesiano ou as retas e indo assim, direto ao assunto proposto. Ao apresentar o programa, o educando verá a interface do Geogebra, composta de dois grandes campos: à esquerda, a coluna algébrica, e à direita, o plano onde mostra os eixos coordenados (geométrica).

CONHECIMENTOS GERAIS

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ECONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Antecedentes da Conquista da Paraíba

Demorou um certo tempo para que Portugal começasse a explorar economicamente o Brasil, uma vez que os interesses lusitanos estavam voltados para o comércio de especiarias nas Índias, além disso, não havia nenhuma riqueza na costa brasileira que chamasse tanta atenção quanto o ouro, encontrado nas colônias espanholas, minério este que tornara uma nação muito poderosa na época.

Devido ao desinteresse lusitano, piratas e corsários começaram a extrair o pau-brasil, madeira muito encontrada no Brasil-colônia, e especial devido a extração de um pigmento usado para tingir tecidos na Europa. Esses invasores eram em sua maioria franceses, e logo que chegaram no Brasil fizeram amizades com os índios possibilitando entre eles uma relação comercial conhecida como “escambo”, na qual o trabalho indígena era trocado por alguma manufatura sem valor.

Os portugueses, preocupados com o aumento do comércio dos invasores da colônia, passaram a enviar expedições para evitar o contrabando do pau-brasil, porém, ao chegar no Brasil essas expedições eram sempre repelidas pelos franceses apoiados pelos índios.

Com o fracasso das expedições o rei de Portugal decidiu criar o sistema de **Capitanias Hereditárias**.

Com o objetivo de povoá-la, a colônia portuguesa foi dividida em 15 capitanias, para doze donatários. Entre elas destacamos a Capitania de Itamaracá, a qual se estendia do rio Santa Cruz até a Baía da Traição. Inicialmente essa capitania foi doada à Pedro Lopes de Souza, que não pôde assumir, vindo em seu lugar o administrador Francisco Braga, que devido a uma rivalidade com Duarte Coelho, deixou a capitania em falência, dando lugar a João Gonçalves, que realizou algumas benfeitorias na capitania como a fundação da Vila da Conceição e a construção de engenhos.

Após a morte de João Gonçalves, a capitania entrou em declínio, ficando à mercê de malfetores e propiciando a continuidade do contrabando de madeira.

Com a tragédia de Tracunhaém¹, em 1534 o rei de Portugal desmembrou Itamaracá, dando formação à Capitania do Rio Paraíba.

Existia uma grande preocupação por parte dos lusitanos em conquistar a capitania que atualmente é a Paraíba, pois havia a garantia do progresso da capitania pernambucana, a quebrada aliança entre Potiguaras e franceses, e ainda, estender sua colonização ao norte.

¹ *Tragédia de Tacunhaém: Foi uma tragédia na qual índios mataram todos os moradores de um engenho.*

Conquista e Fundação da Paraíba

Expedições para a Conquista

Quando o Governador Geral (D. Luís de Brito) recebeu a ordem para separar Itamaracá, recebeu também do rei de Portugal a ordem de punir os índios responsáveis pelo massacre, expulsar os franceses e fundar uma cidade. Assim começaram as cinco expedições para a conquista da Paraíba. Para isso o rei D. Sebastião mandou primeiramente o Ouvidor Geral D. Fernão da Silva.

I - Expedição (1574): O comandante desta expedição foi o Ouvidor Geral D. Fernão da Silva. Ao chegar no Brasil, Fernão tomou posse das terras em nome do rei sem que houvesse nenhuma resistência, mas isso foi apenas uma armadilha. Sua tropa foi surpreendida por indígenas e teve que recuar para Pernambuco.

II - Expedição (1575): Quem comandou a segunda expedição foi o Governador Geral, D. Luís de Brito. Sua expedição foi prejudicada por ventos desfavoráveis e eles nem chegaram sequer às terras paraibanas. Três anos depois outro Governador Geral (Lourenço Veiga), tenta conquistar o Rio Paraíba, não obtendo êxito.

III - Expedição (1579): Frutuoso Barbosa impôs a condição de que se ele conquistasse a Paraíba, a governaria por dez anos. Essa ideia só lhe trouxe prejuízos, uma vez que quando estava vindo à Paraíba, caiu sobre sua frota uma forte tormenta e além de ter que recuar até Portugal, ele perdeu sua esposa.

IV - Expedição (1582): Com a mesma proposta imposta por ele na expedição anterior, Frutuoso Barbosa volta decidido a conquistar a Paraíba, mas cai na armadilha dos índios e dos franceses. Barbosa desiste após perder um filho em combate.

V - Expedição (1584): Este teve a presença de Flores Valdez, Felipe de Moura e o insistente Frutuoso Barbosa, que conseguiram finalmente expulsar os franceses e conquistar a Paraíba. Após a conquista, eles construíram os fortes de São Tiago e São Felipe.

Conquista da Paraíba

Para as jornadas o Ouvidor Geral Martim Leitão formou uma tropa constituída por brancos, índios, escravos e até religiosos. Quando aqui chegaram se depararam com índios que sem defesa, fugiram e foram aprisionados. Ao saber que eram índios Tabajaras, Martim Leitão manda soltá-los, afirmando que sua luta era contra os Potiguaras (rivais dos Tabajaras). Após o incidente, Leitão procurou formar uma aliança com os Tabajaras, que por temerem outra traição, a rejeitaram.

Depois de um certo tempo Leitão e sua tropa finalmente chegaram aos fortes (São Felipe e São Tiago), ambos em decadência e miséria devido as intrigas entre espanhóis e portugueses. Com isso Martim Leitão nomeou outro português, conhecido como Castrejon, para o cargo de Frutuoso Barbosa. A troca só fez piorar a situação. Ao saber que Castrejon havia abandonado, destruído o Forte e jogado toda a sua artilharia ao mar, Leitão o prendeu e o enviou de volta à Espanha. Quando ninguém esperava, os portugueses se unem aos Tabajaras, fazendo com que os Potiguaras recuassem. Isto se deu no início de agosto de 1585.

A conquista da Paraíba se deu no final de tudo através da união de um português e um chefe indígena chamado Piragibe, palavra que significa Braço de Peixe.

Fundação da Paraíba

Martim Leitão trouxe pedreiros, carpinteiros, engenheiros e outros para edificar a Cidade de Nossa Senhora das Neves. Com o início das obras, Leitão foi a Baía da Traição expulsar o resto dos franceses que permaneciam na Paraíba.

Leitão nomeou João Tavares para ser o capitão do Forte. Paraíba foi a terceira cidade a ser fundada no Brasil e a última do século XVI.

Primeiras Vilas da Paraíba na Época Colonial

Com a colonização foram surgindo vilas na Paraíba. A seguir temos algumas informações sobre as primeiras vilas da Paraíba.

Pilar: O início de seu povoamento aconteceu no final do século XVI, quando fazendas de gado foram encontradas pelos holandeses. Hoje uma cidade sem muito destaque na Paraíba, foi elevada à vila em 5 de janeiro de 1765. Pilar originou-se a partir da Missão do Padre Martim Nantes naquela região. Pilar foi elevada à município em 1985, quando o cultivo da cana-de-açúcar se tornou na principal atividade da região.

Sousa: Hoje a sexta cidade mais populosa do Estado e dona de um dos mais importantes sítios arqueológicos do país (Vale dos Dinossauros), Sousa era um povoado conhecido por “Jardim do Rio do Peixe”. A terra da região era bastante fértil, o que acelerou rapidamente o processo de povoamento e progresso do local. Em 1730, já viviam aproximadamente no vale 1468 pessoas. Sousa foi elevada à vila com o nome atual em homenagem ao seu benfeitor, Bento Freire de Sousa, em 22 de julho de 1766. Sua emancipação política se deu em 10 de julho de 1854.

Campina Grande: Sua colonização teve início em 1697. O capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo instalou na região um povoado. Os indígenas formaram uma aldeia. Em volta dessa aldeia surgiu uma feira nas ruas por onde passavam camponeses. Percebe-se então que as características comerciais de Campina Grande nasceram desde sua origem. Campina foi elevada à freguesia em 1769, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Sua elevação à vila com o nome de Vila Nova da Rainha se deu em 20 de abril de 1790. Hoje, Campina Grande é a maior cidade do interior do Nordeste.

São João do Cariri: Tendo sido povoada em meados do século XVII pela enorme família Cariri que povoava o sítio São João, entre outros, esta cidade que atualmente não se destaca muito à nível estadual foi elevada à vila em 22 de março de 1800. Sua emancipação política é datada de 15 de novembro de 1831.

Pombal: No final do século XVII, Teodósio de Oliveira Ledo realizou uma entrada através do rio Piranhas. Nesta venceu o confronto com os índios Pegas e fundou ali uma aldeia que inicialmente recebeu o nome do rio (Piranhas). Devido ao sucesso da entrada não demorou muito até que passaram a chamar o local de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em homenagem a uma santa.

Em 1721 foi construída no local a Igreja do Rosário, em homenagem à padroeira da cidade considerada uma relíquia história nos dias atuais. Sob força de uma Carta Régia datada de 22 de junho de 1766, o município passou a se chamar Pombal, em homenagem ao famoso Marquês de Pombal. Foi elevada à vila em 3/4 de maio de 1772, data hoje considerada como sendo também a da criação do município.

Areia: Conhecida antigamente pelo nome de Bruxaxá, Areia foi elevada à freguesia com o nome de Nossa Senhora da Conceição pelo Alvará Régio de 18 de maio de 1815. Esta data é considerada também como a de sua elevação à vila. Sua emancipação política se deu em 18 de maio de 1846, pela lei de criação número 2. Hoje, Areia se destaca como uma das principais cidades do interior da Paraíba, principalmente por possuir um passado histórico muito atraente.

Primeiros Capitães- Mores

João Tavares

João Tavares foi o primeiro capitão-mor, ao qual governou de 1585 a 1588 a Capitania da Paraíba. João Tavares foi encarregado pelo Ouvidor-Geral, Martim Leitão, de construir uma nova cidade.

Para edificação dessa cidade, vieram 25 cavaleiros, além de pedreiros e carpinteiros, entre outros trabalhadores do gênero. Chegaram também jesuítas e outras pessoas para residir na cidade.

Foi fundado por João Tavares o primeiro engenho, o d’El-Rei, em Tibiri, e o forte de São Sebastião, construído por Martim Leitão para a proteção do engenho.

Os jesuítas ficaram responsáveis pela catequização dos índios. Eles ainda fundaram um Centro de Catequese e em Passeio Geral edificaram a capela de São Gonçalo.

O governo de João Tavares foi demasiadamente auxiliado por Duarte Gomes da Silveira, natural de Olinda.

Silveira foi um senhor de engenho e uma grande figura da Capitania da Paraíba durante mais de 50 anos. Rico, ajudou financeiramente na ascensão da cidade. Em sua residência atualmente se encontra o Colégio Nossa Senhora das Neves.

Apesar de ter se esforçado muito para o progresso da capitania, João Tavares foi posto para fora em 1588, devido à política do Rei.

Frutuoso Barbosa

Devido à grande insistência perante a corte e por defender alguns direitos, Frutuoso Barbosa foi, em 1588, nomeado o novo capitão-mor da Capitania da Paraíba, auxiliado por D. Pedro Cueva, ao qual foi encarregado de controlar a parte militar da capitania.

Neste mesmo período, chegaram alguns Frades Franciscanos, que fundaram várias aldeias e por não serem tão rigorosos no ensino religioso como os Jesuítas, entraram em desentendimento com estes últimos. Esse desentendimento prejudicou o governo de Barbosa, pois aproveitando-se de alguns descuidos, os índios Potiguaras invadiram propriedades. Vieram em auxílio de Barbosa o capitão-mor de Itamaracá, com João Tavares, Piragibe e seus índios. No caminho, João Tavares faleceu de um mal súbito.

Quando o restante do grupo chegou à Paraíba, desalojou e prendeu os Potiguaras.

Com o objetivo de evitar a entrada dos franceses, Barbosa ordenou a construção de uma fortaleza em Cabedelo.

Piragibe iniciou a construção do forte com os Tabajaras, porém, devido a interferência dos Jesuítas, as obras foram concluídas pelos franciscanos e seus homens.

Em homenagem a Felipe II, da Espanha, Barbosa mudou o nome da cidade de Nossa Senhora das Neves para Felipéia de Nossa Senhora das Neves.

Devido às infinitas lutas entre o capitão Pedro Cueva e os Potiguaras e os desentendimentos com os Jesuítas, houve a saída da Cueva e a decisão de Barbosa de encerrar o seu governo, em 1591.

André de Albuquerque Maranhão

André de Albuquerque governou apenas por um ano. Nele, expulsou os Potiguaras e realizou algumas fortificações. Entre elas, a construção do Forte de Inhobin para defender alguns engenhos próximos a este rio.

Ainda nesse governo os Potiguaras incendiaram o Forte de Cabedelo. O governo de Albuquerque se finalizou em 1592.

Feliciano Coelho de Carvalho

Em seu governo realizou combates na Capaoba, houve paz com os índios, expandiu estradas e expulsou os franciscanos. Terminou seu governo em 1600.

As Ordens Religiosas da Capitania da PB e Seus Mosteiros

Os Jesuítas

Os jesuítas foram os primeiros missionários que chegaram à Capitania da Paraíba, acompanhando todas as suas lutas de colonização.

Ao mando de Frutuoso Barbosa, os jesuítas se puseram a construir um colégio na Felipéia. Porém, devido a desavenças com os franciscanos, que não usavam métodos de educação tão rígidos como os jesuítas, a ideia foi interrompida. Aproveitando esses desentendimentos, o rei que andava descontente com os jesuítas pelo fato de estes não permitirem a escravização dos índios, culpou os jesuítas pela rivalidade com os franciscanos e expulsou-os da capitania.

Cento e quinze anos depois, os jesuítas voltaram à Paraíba fundando um colégio onde ensinavam latim, filosofia e letras. Passado algum tempo, fundaram um Seminário junto à igreja de Nossa Senhora da Conceição. Atualmente essa área corresponde ao jardim Palácio do Governo.

Em 1728, os jesuítas foram novamente expulsos. Em 1773, o Ouvidor-Geral passou a residir no seminário onde moravam os jesuítas, com a permissão do Papa Clementino XIV.

Os Franciscanos

Atendendo a Frutuoso Barbosa, chegaram os padres franciscanos, com o objetivo de catequizar os índios.

O Frei Antônio do Campo Maior chegou com o objetivo de fundar o primeiro convento da capitania. Seu trabalho se concentrou em várias aldeias, o que o tornou importante.

No governo de Feliciano Coelho, começaram alguns desentendimentos, pois os franciscanos, assim como os jesuítas, não escravizavam os índios. Ocorreu que depois de certo desentendimento entre os franciscanos, Feliciano e o governador geral, Feliciano acabou se acomodando junto aos frades.

A igreja e o convento dos franciscanos foram construídos em um sítio muito grande, onde atualmente se encontra a praça São Francisco.

Os Beneditinos

O superior geral dos beneditinos tinha interesse em fundar um convento na Capitania da Paraíba. O governador da capitania recebeu o abade e conversou com o mesmo sobre a tal fundação. Resolveu doar um sítio, que seria a ordem do superior geral dos beneditinos.

A condição imposta pelo governador era que o convento fosse construído em até 2 anos. O mosteiro não foi construído em dois anos, mesmo assim, Feliciano manteve a doação do sítio.

A igreja de São Bento se encontra atualmente na rua nove, onde ainda há um cata-vento em lâmina, construído em 1753.

Os Missionários Carmelitas

Os carmelitas vieram à Paraíba a pedido do cardeal D. Henrique, em 1580. Mas devido a um incidente na chegada que colheu os missionários para diferentes direções, a vinda dos carmelitas demorou oito anos.

Os carmelitas chegaram à Paraíba quando o Brasil estava sob domínio espanhol. Os carmelitas chegaram, fundaram um convento e iniciaram trabalhos missionários. A história dos carmelitas aqui é incompleta, uma vez que vários documentos históricos foram perdidos nas invasões holandesas.

Frei Manuel de Santa Teresa restaurou o convento depois da revolução francesa, mas logo depois este foi demolido para servir de residência ao primeiro bispo da Paraíba, D. Adauto de Miranda Henriques. Pelos carmelitas foi fundada a Igreja do Carmo.

A População Indígena

Na Paraíba haviam duas raças de índios, os Tupis e os Cariris (também chamados de Tapuias).

Os Tupis se dividiam em Tabajaras e Potiguaras, que eram inimigos.

Na época da fundação da Paraíba, os Tabajaras formavam um grupo de aproximadamente 5 mil pessoas. Eles eram pacíficos e ocupavam o litoral, onde fundaram as aldeias de Alhanda e Taquara.

Já os Potiguaras eram mais numerosos que os Tabajaras e ocupavam uma pequena região entre o rio Grande do Norte e a Paraíba.

Esses índios locomoviam-se constantemente, deixando aldeias para trás e formando outras. Com esta constante locomoção os índios ocuparam áreas antes desabitadas.

Os índios Cariris se encontravam em maior número que os Tupis e ocupavam uma área que se estendia desde o Planalto da Borborema até os limites do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Os Cariris eram índios que se diziam ter vindo de um grande lago. Estudiosos acreditam que eles tenham vindo do Amazonas ou da Lagoa Maracaibo, na Venezuela.

Os Cariris velhos, que teriam sido civilizados antes dos cariris novos, se dividiam em muitas tribos; sucuru, icós, ariu e pegas, e paiaçu. Destas, os tapuias pegas ficaram conhecidos nas lutas contra os bandeirantes.

O nível de civilização do índio paraibano era considerável. Muitos sabiam ler e conheciam ofícios como a carpintaria. Esses índios tratavam bem os jesuítas e os missionários que lhes davam atenção.

A maioria dos índios estavam de passagem do período paleolítico para o neolítico. A língua falada por eles era o tupi-guarani, utilizada também pelos colonos na comunicação com os índios. O tupiguarani mereceu até a criação de uma gramática, elaborada por Padre José de Anchieta.

Piragibe, que nos deu a paz na conquista da Paraíba; Tabira, que lutou contra os franceses e Poti, que lutou contra os holandeses e foi herói na batalha dos Guararapes, são exemplos de índios que se sobressaíram na Paraíba.

Ainda hoje, encontram-se tribos indígenas Potiguaras localizadas na Baía da Traição, mas em apenas uma aldeia, a São Francisco, onde não há miscigenados, pois a tribo não aceita a presença de caboclos, termo que eles utilizavam para com as pessoas que não pertencem a tribo.

O Cacique dessa aldeia chama-se Djalma Domingos, que também é o prefeito do município de Baía da Traição. Aos poucos, a aldeia vai se civilizando; um exemplo disso é um posto telefônico implantado na mesma há um mês.

Nessas aldeias existem cerca de 7.000 índios Potiguaras, que mantêm as culturas antigas. Eles possuem cerca de 1.800 alunos de 7 a 14 anos em primeiro grau menor.

No Brasil, só existem três tribos Potiguaras, sendo que no Nordeste a única é a da Baía da Traição.

Em 19 de Abril eles comemoraram seu dia fazendo pinturas no corpo e reunindo as aldeias locais na aldeia S. Chico e realizaram danças, como o Toré.

A principal atividade econômica desses índios é a pesca e em menor escala, a agricultura.

Invasões Holandesas

Em 1578 o jovem rei de Portugal, D. Sebastião, foi morto na batalha de Alcácer-Quibir, na África, deixando o trono português para seu tio, o cardeal D. Henrique, o qual devido à sua avançada idade acabou morrendo em 1579, sem deixar herdeiros. O Rei da Espanha, Felipe II, que se dizia primo dos reis portugueses, com a colaboração da nobreza portuguesa e do seu exército, conseguiu em 1580 o trono português.

A passagem do trono português à coroa espanhola prejudicou os interesses holandeses, pois eles estavam travando uma luta contra a Espanha pela sua independência e a Holanda era responsável pelo comércio do açúcar nas colônias portuguesas, o que lhes garantiam altos lucros. Dessa forma, rivais dos espanhóis, os holandeses foram proibidos de aportarem em terras portuguesas, o que lhes trouxe grande prejuízo.

Interessados em recuperar seus lucrativos negócios com as colônias portuguesas, o governo e companhias privadas holandesas formaram a Companhia das Índias Ocidentais, para invadir as colônias.

A primeira tentativa de invasão holandesa ocorreu em 1624, em Salvador. O governador da Bahia, Diogo de Mendonça Furtado, havia se preparado para o combate, porém com o atraso da esquadra holandesa, os brasileiros não mais acreditavam na invasão quando foram pegos de surpresa.

Durante o ataque o governador foi preso. Mas orientadas por Marcos Teixeira, as forças brasileiras mataram vários chefes batavos, enfraquecendo as tropas holandesas. Em maio de 1625, eles foram expulsos da Bahia pela esquadra de D. Fradique de Toledo Osório.

Ao se retirarem de Salvador, os holandeses, comandados por Hendrikdoon, seguiram para Baía da Traição, onde desembarcaram e se fortificaram. Tropas paraibanas, pernambucanas e índios se uniram a mando do governador Antônio de Albuquerque e Francisco Carvalho para expulsar os holandeses. A derrota batava veio em agosto de 1625.

Após esse conflito aos holandeses seguiram para Pernambuco, onde o governador Matias de Albuquerque, objetivando deixá-los sem suprimentos, incendiou os armazéns do porto e entrincheirou-se.

Na Paraíba, por terem ajudado os holandeses, os Potiguaras foram expulsos por Francisco Coelho. Percebe-se nesse período a grande defesa da terra.

Temendo novos ataques, a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, foi reconstruída e guarnecida e a sua frente, na margem oposta do Rio Paraíba, foi construído o Forte de Santo Antônio.

Aos cinco dias de dezembro de 1632, comandados por Callenfels, 1600 batavos desembarcaram na Paraíba. Ocorreu um tiroteio, os holandeses construíram uma trincheira em frente a fortaleza de Santa Catarina, mas foram derrotados com a chegada de 600 homens vindos de Felipéia de Nossa Senhora das Neves a mando do governador.

Após esse acontecimento os brasileiros tentam construir uma trincheira em frente a fortaleza. Os holandeses tentam impedir, mas o forte resiste. Incapazes de vencer, os batavos se retiram para Pernambuco.

Os holandeses decidem atacar o Rio Grande do Norte, mas Matias de Albuquerque, 200 índios e 3 companhias paraibanas os impediram de desembarcar.

Os holandeses voltam à Paraíba para atacar o Forte de Santo Antônio, mas ao desembarcarem percebiam a trincheira levantada pelos paraibanos, fazendo com que eles desistissem da invasão e voltassem ao Cabo de Santo Agostinho.

Após um tempo os holandeses resolvem tentar invadir a Paraíba novamente, pois ela representava uma porta para a invasão batava em Pernambuco. Dessa forma, em 25 de novembro de 1634 partiu uma esquadra de 29 navios para a Paraíba.

Aos quatro dias de dezembro de 1634, bem preparados os soldados holandeses chegam ao Norte do Jaguaribe, onde desembarcaram e aprisionaram três brasileiros, entre eles o governador, que conseguiu fugir.

No dia seguinte o resto da tropa holandesa desembarcou aprisionando mais pessoas. No caminho por terra para Cabedelo os batavos receberam mais reforços.

Antônio de Albuquerque Maranhão enviou à Paraíba tudo o que foi preciso para combater com os chefes holandeses na região do forte. Enquanto isso, Callabar roubava as propriedades. Vieram reforços do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. O capitão Francisco Peres Souto assumiu o comando da fortaleza de Cabedelo.

Apenas em 15 de novembro chegou à Paraíba o Conde Bagnuolo, para auxiliar os paraibanos. Como os paraibanos já encontravam-se em situação irremediável, resolveram entregar o Forte de Cabedelo e logo em seguida o Forte de Santo Antônio.

O Conde de Bagnuolo foi para Pernambuco; Antônio de Albuquerque e o resto da tropa, juntamente com o resto do povo, tentou fundar o Arraial do Engenho Velho.

Os holandeses chegaram com seus exércitos na Felipéia de Nossa Senhora das Neves em 1634, e a encontraram vazia. Foram então à procura de Antônio de Albuquerque no Engenho Velho, mas não o encontraram.

O comandante das tropas holandesas entendeu-se com Duarte Gomes, que procurou a Antônio de Albuquerque, que prendeu-o e mandou-o para o Arraial do Bom Jesus. Depois, os holandeses mandaram libertar Duarte Gomes.

No Engenho Espírito Santo, os nossos guerreiros venceram os invasores, que eram chefiados por André Vidal de Negreiros.

Os paraibanos continuavam com a ideia de querer expulsar os holandeses. Buscaram forças para isso: arranjaram homens no Engenho São João e contaram com o apoio de André V. de Negreiros. Quando os holandeses descobriram, também se prepararam para o

DIDÁTICA

A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR

— A importância da didática para a formação docente

A didática é muito importante para a formação do professor, pois proporciona o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva, permitindo que ele analise com clareza a realidade do ensino, tomando decisões acertadas para proporcionar oportunidades de construção do conhecimento para o aluno. Dessa forma, podemos entendê-la como a análise e desenvolvimento de técnicas e métodos que possam ser utilizados no ensino de um conteúdo para atender a um indivíduo ou grupo, fazendo parte portanto, da ciência pedagógica, tratando dos processos de ensino e aprendizagem.

Enquanto prática epistemológica, a didática representa um conjunto de saberes utilizado pelo professor na preparação e realização da prática docente, a fim de que os objetivos de aprendizagem sejam realizados, entendendo que as bases epistemológicas sustentam a prática educativa, elucidando o modo como as relações professor-aluno, aluno-conhecimento e aluno-aluno se estabelecem, assim como a compreensão de mundo. Com isso, o docente passa a ter elementos para construir sua prática dentro da realidade de sala de aula, dissociando-a da teoria e adequando-a às necessidades de seus alunos.

Objetivos da didática

Nesse sentido, os objetivos da didática tornam-se claros e podemos defini-los assim:

- 1 – Reflexão sobre o papel sociopolítico da educação, da escola e do ensino.
- 2 – Compreensão do processo de ensino.
- 3 – Instrumentalização do professor para identificação e resolução de problemas na prática pedagógica.
- 4 – Desenvolvimento da capacidade de adequar a prática docente à realidade do aluno e a seus conhecimentos prévios.

Conclusão

Podemos entender que a didática representa um conjunto de conhecimentos que conferem condições ao docente de trabalhar com seus alunos, adequando seus métodos não só aos conteúdos, mas também ao contexto social que o aluno está inserido, buscando formas de obter uma aprendizagem mais significativa, a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes.

O PROCESSO DE ENSINO NA ESCOLA

O processo de ensino tem sido compreendido de formas muito variadas. Para os teóricos ambientalistas, como Skinner e Watson os indivíduos, ao nascerem, são como “folhas de papel em branco”, que receberão tudo do ambiente por processos de imitação ou reforço. Esta forma de conceber o aprendizado ensejou a chamada “pedagogia tradicional”.

Uma forma oposta de se entender o processo de ensino foi proposta pelos inatistas, para os quais os indivíduos já nascem com tudo que precisam na sua estrutura biológica para se desenvolver. O ambiente, desse modo, não exerce nenhuma influência sobre o aprendizado.

Os teóricos do construtivismo, dos quais o biólogo suíço Jean Piaget é seu maior representante, defendem que o processo de aquisição de aprendizagens seja construído a partir de uma interação entre o desenvolvimento biológico e as aquisições do indivíduo com o meio.

Já para os sociointeracionistas, como Vygotsky, a aprendizagem humana ocorre nas trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação.

A perspectiva evolucionista considera que a aprendizagem se dá no desenvolvimento das características humanas e variações individuais, como produto da interação entre processos genéticos e ecológicos, envolvendo experiências individuais únicas.

Os seres humanos estão imersos em uma determinada cultura. Embora ainda haja discordâncias teóricas quanto ao grau de influência da maturação biológica e da aprendizagem com o meio no desenvolvimento, o contexto cultural é o palco das principais transformações e evoluções humanas. Pela interação social, os indivíduos aprendem e se desenvolvem, criam novas formas de agir no mundo, ampliando suas ferramentas de atuação.

OBJETIVOS DE ENSINO, CONTEÚDOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Para criar um plano de ensino abrangente, é necessário considerar quatro elementos essenciais: objetivos de ensino, conteúdos, métodos de ensino e técnicas pedagógicas. Aqui está uma explicação sobre cada um desses componentes:

Objetivos de Ensino:

- Definição: Os objetivos de ensino descrevem o que os alunos devem ser capazes de fazer ou alcançar após o término do período de instrução.

- Exemplo: “Ao final da unidade, os alunos serão capazes de compreender e aplicar os conceitos básicos de matemática financeira para resolver problemas práticos.”

Conteúdos:

- Definição: Os conteúdos educacionais referem-se ao material, informações ou habilidades que serão ensinados durante o curso.

- Exemplo: Em um curso de literatura, os conteúdos podem incluir a análise de obras clássicas, estilos literários e técnicas de escrita.

Métodos de Ensino:

- Definição: Os métodos de ensino são as estratégias pedagógicas utilizadas para transmitir os conteúdos aos alunos.

- Exemplo: Métodos podem incluir aulas expositivas, discussões em grupo, atividades práticas, estudos de caso, uso de tecnologia, entre outros.

Técnicas Pedagógicas:

- Definição: As técnicas pedagógicas são ferramentas específicas ou atividades utilizadas para facilitar o processo de aprendizagem.

- Exemplo: Técnicas podem envolver debates, jogos educativos, simulações, avaliações formativas, projetos práticos, entre outras abordagens.

Exemplo Integrado:

Objetivo de Ensino: “Ao final do curso sobre sustentabilidade, os alunos serão capazes de compreender os princípios fundamentais da sustentabilidade e aplicar soluções sustentáveis em contextos do mundo real.”

Conteúdos:

- Princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

- Exemplos de práticas sustentáveis em diferentes setores.

- Desafios globais relacionados à sustentabilidade.

Métodos de Ensino:

- Aulas expositivas para apresentar conceitos fundamentais.

- Discussões em grupo para explorar casos práticos de sustentabilidade.

- Atividades práticas, como visitas a locais sustentáveis.

Técnicas Pedagógicas:

- Simulações de situações práticas que exigem decisões sustentáveis.

- Avaliações formativas para monitorar o progresso dos alunos.

- Projeto final em que os alunos desenvolvem propostas sustentáveis.

Ao integrar esses elementos, os educadores podem criar planos de ensino mais eficazes, alinhados aos objetivos educacionais e adaptados às necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos. Essa abordagem holística contribui para uma experiência educacional mais completa e significativa.

RECURSOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO

Os recursos didáticos são as ferramentas utilizadas pelo docente no decorrer do ano letivo, estando, frequentemente, sujeitos a algumas modificações ou a inserção de novos instrumentos que contribuirão para aperfeiçoamento das atividades e aulas executadas na escola. Esses recursos podem ser empregados em aplicações, cursos formatos distintos e constituem artigos indispensáveis para o estímulo desenvolvimento dos alunos. A utilização dos recursos didáticos auxiliam o professor no preenchimento das lacunas deixadas pela educação tradicional e na sua habilidade de possibilitar a que a visão do aluno seja expandida.

Os Recursos Didáticos e as Metodologias de Ensino

Uma metodologia de ensino abrange todas as ferramentas que os professores empregam na transmissão de seus saberes aos estudantes. Para isso, cada docente faz uso de um método, visando à um melhor modo de impulsionar seus alunos, guiando-os à obtenção do conhecimento. A metodologia é maneira de lecionar algo para uma pessoa e compartilhar com ela o seu conhecimento assimilado. Assim, no interior de cada metodologia de ensino, está a aplicação mais indicada ou considerada melhor para os recursos didáticos.

Conheça alguns dos recursos didáticos mais utilizados em sala de aula que auxiliam na didática conforme o plano de ensino apresentado pelo docente:

- lousa, giz, apagador
- computador com projetor
- textos manuais
- livros, revistas, jornais, cartazes
- televisão
- aparelho de DVD e filmes
- aparelho de som
- câmera fotográfica e/ou digital

O termo avaliação nos remete automaticamente ao processo de ensino e aprendizagem porque se constituem em articulações indissociáveis e inquietantes na práxis pedagógica dos docentes.

Tal momento de avaliar a aprendizagem do aluno não deve ser o ponto de chegada, mas uma oportunidade de parar e observar se a caminhada está ocorrendo com a qualidade previamente estabelecida para esse processo de ensino e aprendizagem para retomar a prática pedagógica de forma mais adequada, uma vez que o objeto da ação avaliativa, no caso a aprendizagem, é dinâmico, e, com a função classificatória, a avaliação não auxilia o avanço e o crescimento para a autonomia. (LUCKESI, 2005).

A discussão sobre a avaliação escolar está diretamente vinculada ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, à prática pedagógica do professor. Porém, muitos educadores percebem o processo em questão de modo dicotomizado: o professor ensina e o aluno aprende.

Os novos desafios do mundo contemporâneo exigem inovações didático pedagógicas que possam contribuir para que a escola cumpra com seus objetivos de ensino e aprendizagem proporcionando um espaço repleto de possibilidades. Sendo a avaliação uma das etapas da atividade escolar, é necessário que esteja sintonizada com a finalidade do processo ensino e aprendizagem e como

possibilidade de perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades, seus avanços e desta forma, mediar o processo de apropriação do conhecimento e conseqüentemente, com a função social da escola que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade a fim de possibilitar ao aluno condições de emancipação humana.

A perspectiva técnica e quantitativa da avaliação se constitui em um entrave a ser superado, uma vez que desconsidera a perspectiva ética. De acordo com Esteban (2000:15-6), “a avaliação na perspectiva técnica e quantitativa silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção do conhecimento; desvalorizando saberes, fortalece a hierarquia que está posta, contribuindo para que diversos saberes sejam apagados, percam sua existência e se confirmem como a ausência de conhecimento”. Neste sentido, ao refletir sobre a avaliação, é necessário repensar o processo e agir no sentido de criar/consolidar práticas pedagógicas democráticas.

A prática pedagógica deve pautar-se em “iluminar a multiplicidade de culturas que permeiam o cotidiano escolar” (op. cit.). Isso “nos desafia a ultrapassar a dicotomia entre norma e desvio, subjacente ao antagonismo acerto e erro. Reconhecer a diversidade significa que vários conhecimentos não são formas “aceitáveis” para se atingir um “verdadeiro conhecimento”. Portanto, na valorização e expressão de múltiplos saberes, incentivando ações em que a diversidade e o diálogo entre os diferentes se constituam em elementos de aproximação. A avaliação escolar da forma como ocorre na grande maioria das escolas silencia as pessoas, suas culturas, seus processos de construção de conhecimento, desvalorizando-os.

A avaliação que nega o direito de voz de determinados segmentos sociais está respaldada em uma prática de exclusão, na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola. A avaliação, com esta ênfase de negação, funciona como instrumento de controle e de limitação das ações e atuações dos sujeitos no contexto escolar.

— Considerações iniciais

Refletindo o interesse crescente pelos assuntos que envolvem o processo educacional formal, a avaliação da aprendizagem tem sido intensamente discutida nos últimos anos. Tal discussão busca esclarecer os sentidos que as práticas avaliativas em todos os níveis e modalidades de ensino adquirem no contexto do processo pedagógico, sua importância e suas relações com as demais práticas existentes nas instituições educacionais.

A discussão sobre a avaliação escolar é marcada, sobretudo, pela crítica ao modelo avaliativo excessivamente centrado no aluno e na devolução dos conhecimentos transmitidos, uma vez que se passou a interpretar tal concepção como mais um produto do pensamento autoritário.

A avaliação da aprendizagem, no processo de alfabetização, apresenta características específicas, que serão apresentadas a seguir.

Características da avaliação do processo de alfabetização

No processo de avaliar a evolução da alfabetização, alguns princípios devem ser levados em conta, entre eles a consideração de que as crianças ainda se encontram na fase lúdica de aprendizagem, o que significa que elas precisam ser acompanhadas permanentemente, e não apenas em um momento específico reservado para a avaliação.

Além disso, é preciso considerar que a alfabetização se dá em tempos diferentes de acordo com as características de cada aluno. A ideia de “ciclos de aprendizagem” veio justamente daí, pois os ciclos estendem o tempo de alfabetização para além de um ano, com o objetivo de oferecer um tempo maior para a alfabetizar todos as crianças de uma mesma turma.

Outro princípio fundamental é o de que a avaliação não deve ser instrumento de punição e premiação dos alunos. Sua função, no contexto escolar, é contribuir para que a alfabetização (bem como qualquer outra aprendizagem) se consolide da melhor forma possível. Desse modo, a avaliação escolar deve possuir uma *função diagnóstica*.

Além disso a avaliação da aprendizagem, no processo de alfabetização, deve ter como instrumentos o diálogo entre professores e alunos, e a reflexão conjunta entre ambos sobre os avanços e dificuldades na aprendizagem. É neste sentido que a avaliação escolar adquire uma *função mediadora*.

TIPOS DE PLANOS DE ENSINO

— Plano de aula: fundamentos e prática¹

O planejamento está presente em nosso cotidiano, ao nortear a realização das atividades do dia a dia. Aplicado em diversos setores, é de fundamental importância para o êxito de nossas ações, inclusive na atividade docente, durante o processo educativo.

A ausência do planejamento pode ter consequências caóticas, resultados desastrosos, indesejados, inesperados! No âmbito educacional, pode acarretar em aulas monótonas, improvisadas, desorganizadas, desestimulantes, desencadeando o desinteresse dos estudantes pelo conteúdo e pelas aulas, o que é extremamente prejudicial, em oposição aos resultados desejados para a boa formação.

E se fosse você? Gostaria de participar de uma aula ministrada sem planejamento, realizada às pressas, por “falta de tempo” para sua elaboração, utilizando um recurso qualquer pelo fato do professor não ter selecionado ou se preparado previamente?

Estas questões merecem nossa atenção de maneira muito cuidadosa, porque além do planejamento refletir o que será realizado, reveste-se de uma grande responsabilidade, assumida pelo educador na formação do estudante e no compromisso com a escola, com a educação e com a sociedade.

Conforme os níveis de complexidade, o educador elabora diferentes planos: plano de curso, plano de ensino e plano de aula. Estes documentos possuem como objetivo geral, a previsão de resultados desejáveis e descrição dos meios necessários para alcançar estes resultados.

Certamente, antes de iniciar a construção dos planos é necessário conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais legislações que regem o ensino, o Código de Ética Profissional e o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, como documento norteador na elaboração do planejamento do docente.

¹ https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4505701/mod_resource/content/2/TEXTO%20PLANO%20DE%20AULA.pdf

— **Plano de curso**

Os Planos de Curso, componentes do PPP, objetivam garantir a organicidade e continuidade dos cursos oferecidos pela Escola. Por exemplo, considere o cenário educativo de uma Universidade: como tem vários cursos, cada curso tem o seu próprio Plano de Curso. Se criar um novo curso, deverá ser elaborado o Plano de Curso correspondente e encaminhado à autoridade competente (Secretaria de Educação, do Município ou Estado), para ser analisado e homologado; somente após a homologação oficial é que as turmas poderão ser abertas (LDB 9.394/96).

O Plano de Curso explicita os objetivos educacionais e perfis profissionais a serem desenvolvidos, como parâmetros para a organização da Instituição, dos cursos como um todo, das atividades programadas, servindo como referência das ações dos docentes e estudantes.

Na estrutura o Plano de Curso contém: a descrição dos objetivos do curso; sequência dos componentes curriculares; conteúdos programáticos, como subsídio à elaboração dos planos de ensino; carga horária mínima dos cursos e seus componentes curriculares; planos de estágio profissional; procedimentos de acompanhamento e avaliação.

— **Plano de ensino**

É aquele que compreende todo o processo ensino aprendizagem durante o ano letivo, explicitando todas as disciplinas ou módulos do curso. É o documento que o aluno recebe no primeiro dia de aula descrevendo: identificação da disciplina, carga horária, objetivos, cronograma de atividades (conteúdos), instrumentos de avaliativos, bibliografia recomendada.

Eventualmente o educador não tem oportunidade de elaborar o plano de ensino, pois, conforme a instituição, o mesmo é previamente elaborado e apresentado, sem espaço para ser revisitado.

— **Plano de aula**

Está diretamente relacionado ao plano de ensino, mas descreve uma sequência didática a ser seguida para o desenvolvimento integral e integrado da aprendizagem, diariamente, em cada aula ou atividade prática (laboratório, estágio, visita).

Facilita a visualização da dinâmica da aula ou atividade, contribui para que outro docente possa utilizar-se desta referência, em caso de impossibilidade ou ausência do docente responsável.

Elaboração de um plano de aula

Para Libâneo, “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. Portanto, o planejamento de aula é um instrumento essencial para o professor definir as estratégias pedagógicas, conforme o objetivo a ser alcançado, criteriosamente adequado para as diferentes turmas, com flexibilidade suficiente, caso necessite de alterações.

Na elaboração do plano de aula devemos nos atentar para:

- Clareza e objetividade;
- Atualização do plano periodicamente;
- Conhecimento dos recursos disponíveis da escola;
- Noção do conhecimento que os alunos já possuem sobre o conteúdo abordado;
- Articulação entre a teoria e a prática;

– Utilização de metodologias diversificadas, inovadoras e que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem;

– Sistematização das atividades de acordo com o tempo disponível (dimensiono o tempo/carga horária, segundo cada etapa da aula/atividade);

– Flexibilidade frente a situações imprevistas;

– Realização de pesquisas buscando diferentes referências, como revistas, jornais, filmes entre outros;

– Elaboração de aulas de acordo com a realidade sociocultural dos estudantes.

Ao elaborar o plano, faça um diagnóstico inicial, respondendo a questões:

Para quem vou ensinar? Quem são os estudantes? Quais as características (faixa etária, grau de maturidade, conhecimentos prévios, habilidades adquiridas, contexto social em que vivem (alunos trabalhadores com múltiplas jornadas de trabalho))?

Por que ensinar? Quais os objetivos da educação e da escola? Do módulo ou da aula?

Quais as competências a serem desenvolvidas? Na educação, decidir e definir os objetivos de aprendizagem significa estruturar, de forma consciente, o processo educacional para propiciar mudanças de pensamentos, ações e condutas.

Essa estruturação resulta do planejamento diretamente relacionado à seleção de conteúdos, de procedimentos, de atividades, de recursos disponíveis, de estratégias, de instrumentos de avaliação e da metodologia a ser adotada no processo educativo, alinhados à formação das competências, de acordo com o perfil profissional delineado pela escola.

O que ensinar? Qual o conteúdo requerido, selecionado? Como integrar conteúdos e outras áreas do saber (temas transversais, interdisciplinaridade)?

Como ensinar? Quais os recursos didáticos disponíveis? Outros podem ser providenciados/ construídos? Qual o período da aula (matutino, vespertino, noturno)? Como aproveitar os conhecimentos e experiências prévias? Quais estratégias utilizar?

Como verificar a aprendizagem? Como acompanhar o processo educativo? Quais os critérios para definir o sistema de avaliação?

Quais os métodos e tipos de instrumentos de avaliação? Há coerência entre os métodos de avaliação e os objetivos delineados? Consideram os resultados a serem alcançados?

Nessa perspectiva, em um modelo prático (mas, não único!), estruturalmente o Plano de Aula é constituído por: Identificação, Objetivos, Conteúdos, Metodologias, Recursos e Avaliação.

1. Cabeçalho e identificação

Escola:

Turma:

Disciplina:

Professor(a):

Data:

Horário:

Duração:

Tema: